

# Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil

**Jesiel Souza Silva**

Instituto Federal Goiano (IFG) – Rio Verde, Goiás, Brasil.  
e-mail: zielsilva@hotmail.com

## Resumo

As formas de ocupação do campo brasileiro nos últimos anos tem negado a contribuição do campesinato para formação da sociedade brasileira. Este artigo objetiva revisitar, através de uma pesquisa bibliográfica, algumas discussões acerca de campesinato no Brasil, considerado por vários autores como um modo de vida, uma cultura. Presente em território Brasileiro desde o Brasil colônia, o campesinato contribui para a formação do espaço agrário brasileiro, mesmo na maioria das vezes, excluído das principais políticas públicas, se instalando em espaços precários de produção agropecuária. Esta categoria social é composta por agricultores não patronais e não latifundiários, que desenvolvem formas próprias de viver e trabalhar.

**Palavras-chaves:** Campesinato; espaço agrário; desenvolvimento rural.

## Brief review of the peasantry concept in Brazil

### Abstract

The forms of occupation of the Brazilian countryside in recent years have denied the contribution of the peasantry to the formation of Brazilian society. This article aims to revisit, through a bibliographical research, some discussions about peasantry in Brazil, considered by several authors as a way of life, a culture. Present in Brazilian territory from Brazil colony, the peasantry contributes to the formation of the Brazilian agrarian space, even in the majority of cases, excluded from the main public policies, being installed in precarious spaces of agricultural production. This social category is made up of non-landowners and non-landowners who develop their own ways of living and working.

**Keywords:** Peasantry; agrarian space; rural development.

## Breve revisión sobre el campesinado brasileño

### Resumen

Las formas de ocupación del campo brasileño en los últimos años han negado la contribución del campesinado para la formación de la sociedad brasileña. Este artículo objetiva revisar, a través de una investigación bibliográfica, algunas discusiones acerca de campesino en Brasil, considerado por varios autores como un modo de vida, una cultura. El campesinado contribuye a la formación del espacio agrario brasileño, incluso en la mayoría de las veces, excluido de las principales políticas públicas, instalándose en espacios precarios de producción agropecuaria. Esta categoría social está compuesta por agricultores no patronales y no latifundistas, que desarrollan formas propias de vivir y trabajar.

**Palabras claves:** Campesinado; espacio agrario; desarrollo rural.

## Introdução

O campesinato, aqui entendido como uma categoria social de grande importância para a formação do sócio territorial brasileira se formou à margem do processo de desenvolvimento socioeconômico do país e permanece existindo ainda nos dias de hoje. Por isso, seu conceito é atual e permanente, pois apesar de ser por muitas vezes negado, se faz presente na contradição das forças sociais e econômicas do mundo contemporâneo.

Mesmo que o conceito de camponês esteja relacionado à Idade Média na Europa, a formação do campesinato e da pequena produção no Brasil tem suas especificidades, sendo formado “no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista” (MARQUES, 2008, p. 60), em uma relação de exclusão. Nessa mesma concepção, Martins (1990) afirma que o campesinato brasileiro dá-se às margens do sistema escravocrata, e sua sujeição ideológica e material posta a partir da lógica implantada pelo modelo agroexportador.

Desde o início da colonização, o modelo econômico implantado no Brasil foi pautado na propriedade instalada em extensas áreas, com latente concentração de terras, além da especialização produtiva pautada no cultivo de monocultura para exportação e o trabalho escravo – aspectos-chave para o modelo colonial.

Mesmo sem o devido destaque, a pequena propriedade produtora de alimentos sempre teve importante papel no território brasileiro. Inicialmente praticada dentro das terras de sesmarias, era considerada como agricultura de gêneros de primeiras necessidades, realizadas pelos moradores; pelos próprios escravos, que dedicavam seus esforços à lavoura, acarretando no beneficiamento do produto a ser exportado; e pelos agregados, que produziam em pequenas parcelas na periferia dos latifúndios, em solos que não eram propícios à cultura principal monocultora. Eram expulsos quando os fazendeiros necessitavam de terras (ERTHAL, 2000).

A produção de subsistência dentro do grande latifúndio seguiu o ritmo de expansão e o recuo da produção agroexportadora, ora provocando o aumento da expansão da produção de subsistência, ora provocando a sua retração, dentro ou fora dos latifúndios (CORRÊA, 2012). É preciso entender como estes sujeitos se organizam e se articulam na busca de sua existência e reprodução enquanto camponeses, mesmo estando à margem e ao mesmo tempo dentro de um sistema que o subjuga.

O campesinato brasileiro destaca, sobretudo pela forma de organizar pautado na mão de obra familiar e na forma com que se articula com os mercados agroalimentares locais e o mercado capitalista buscando sua reprodução enquanto classe camponesa, negando as bases da acumulação ampliada do capital.

Diversas teorias foram produzidas ao longo do tempo na tentativa de explicar, compreender e interpretar este modo de vida. Desta forma, este artigo objetiva visitar na literatura a formação e importância desta categoria social, compreendendo as formas com que este conceito foi utilizado e reinterpretado ao longo do tempo. Para este entendimento, utilizamos de alguns clássicos que discute a existência ou não desta classe, como Lenin (1985), Karl Kautsky (1986) e Alexander Chayanov (1985, 1981), e outros autores contemporâneos que discute esta classe social, como Teodor Shanin (2008), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1995, 2013, 2014), José de Souza Martins (1990), Bernardo Mançano Fernandes (1994, 2004, 2008), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005, 2007), Marta Inez Marques (2002), José Vicente Tavares dos Santos (1978, 1981), Eliane Tomiasi Paulino (2006, 2008), entre tantos outros.

### **Breves abordagens clássicas sobre campesinato**

Para entender a atualidade da questão agrária no Brasil, é preciso refletir sobre a própria condição camponesa no processo de expansão do capitalismo no campo. Tal discussão provoca verdadeiros embates dentro da Academia, em meio às entidades e nos próprios movimentos sociais de luta pela terra, evidenciando a inexistência de um consenso sobre a utilização e diferenciação – quando existente – entre os agricultores familiares e os camponeses.

Entre os principais autores clássicos que discutem a condição camponesa, é preciso fazer menção a Lenin, Karl Kautsky e Alexander Chayanov. Enquanto Lenin estudou a diferenciação social do campesinato russo a partir da introdução do trabalho assalariado, Kautsky destacou a subordinação da agricultura à indústria, em que o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado no contexto alemão. Chayanov defendeu a dinâmica não capitalista da economia camponesa na Rússia. Tais autores, historicamente, travaram divergências teóricas sobre a questão agrária e o destino do campesinato (CARNEIRO, 2009).

Padilha (2008) constata que, no marxismo, a questão agrária é apresentada no sentido estrito, a partir das relações de propriedade e de produção que estão em vigor no campo, e como um diagnóstico das estruturas sociais, entendendo o campesinato em três vias, quais sejam:

- a) uma classe em transição;
- b) uma classe que provem do feudalismo, mas que continua a existir no capitalismo; e

c) uma classe social de transição entre as duas classes fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado.

Kautsky e Lenin – duas referências marxistas – defendiam que todos os setores da sociedade eram regidos pelas leis gerais do capitalismo, inclusive a produção camponesa e a agricultura familiar. Já a análise de Chayanov – representante do pensamento populista russo – considerava que a produção camponesa não seguia as leis gerais da acumulação capitalista, uma vez que não estaria nos moldes da lógica capitalista, estando, assim, preservadas das relações produtivas que são determinadas pelo capital (EIDAM, 2014). Logo, a economia rural e as instituições camponesas resistiriam às relações capitalistas no campo.

Sobre a questão, Padilha (2008) afirma que, dentro do marxismo, Lenin (1870-1923) foi o primeiro autor a pensar – de forma mais deliberada – a questão agrária e camponesa, tendo seu pensamento influenciado inúmeras proposições de alternativa social, política, econômico e/ou cultural existentes, de diferentes naturezas e conotações. Lenin (1985), discorrendo sobre o capitalismo na Rússia, afirma que, no processo de desenvolvimento agrícola, a expropriação dos meios de trabalho do camponês faz com que ele seja forçado a vender sua força de trabalho, transformando-se em assalariado, ofertando sua mão de obra no mercado urbano ou rural e levando a extinção camponesa. Assim, era possível perceber o camponês como sujeito totalmente subordinado ao mercado e dele dependente e, portanto, vinculado ao capitalismo.

No processo de diferenciação, o camponês desapareceria, sendo substituído por novos tipos de população rural, que faria parte da burguesia rural, acumulando capital e sendo detentor dos meios de produção; ou do proletariado rural, empobrecido, vendendo sua força de trabalho, despossuído dos meios de produção. Tem-se, assim, a “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário além da ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural” (LENIN, 1985, p. 83).

A discussão no meio socialista consistia em compreender se era correto entender os camponeses pobres como proletários, ou se esses tinham capacidade de manter a sua condição social, considerada como entrave à passagem para o socialismo. Após fortes debates travados no seio da social-democracia alemã, surge, em 1898, a obra de Karl Kautsky, intitulada *A Questão Agrária*, que discute a posição que o partido deveria adotar diante da condição camponesa (CARNEIRO, 2009).

Kautsky (1986, p. 159), que se dispusera a elucidar o não lugar dos camponeses no capitalismo (ALMEIDA, 2009), destaca que, juntamente com o grande agricultor, “o grande capitalista é o que se encontra em melhores condições para [...] tirar partido das vantagens

proporcionadas pela aliança estreita entre a agricultura e a indústria”. Kautsky não dedica a mesma atenção dada por Lenin ao trabalho assalariado, uma vez que sua obra prioriza a teorização da exploração familiar no contexto da subordinação agroindustrial, tendo como ponto central a dependência da agricultura em relação à indústria – situação em que o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado, exercendo o mesmo papel dos trabalhadores assalariados, não desaparecendo como defendeu Lenin (CARNEIRO, 2009).

De acordo com Kautsky (1986), a divisão do trabalho agrícola modificaria as relações do camponês com o mercado, principalmente com a introdução do caráter industrial nas relações de trabalho no campo, aumentando, de modo considerável, a dependência da agricultura para com o comércio e fatores externos às propriedades.

Kautsky (1986, p. 160) considerava que a indústria capitalista dissolve aos poucos a indústria doméstica camponesa que produz para o seu próprio uso, principalmente no que tange aos alimentos, instrumentos de trabalho e suas roupas e, aos poucos, “o camponês deixa de ser, pois, senhor na sua exploração agrícola. Esta se torna um apêndice da exploração industrial, por cujas conveniências devem orientar-se. O camponês se torna um operário parcial da fábrica” e, ao mesmo tempo, dependente do mercado para sua subsistência, tanto na compra de insumos para produção como na compra de alimentos que não produzem em suas propriedades. Para atender às exigências do mercado, ele aumentaria a necessidade de expansão de terras e, quando da impossibilidade de tal ação, a família camponesa se reduziria com a migração a partir do trabalho fora da propriedade.

Kautsky e Lenin não conseguiram perceber que no próprio sistema capitalista moderno, o camponês, de forma contraditória, contribui para a reprodução do capital e, mesmo de forma subordinada às relações capitalistas, ele se reproduz.

Chayanov (1985) tem seu estudo com base nas economias de produção familiares na Rússia no início do século XX. Na obra *A Organização da Unidade Econômica Camponesa*, inicialmente publicada em 1925, é feita uma caracterização do campesinato a partir da organização familiar, com uma atuação camponesa que vai além da lógica de reprodução plena capitalista. Esse autor entendeu que a força de trabalho familiar busca a satisfação das necessidades da família.

Enquanto que o ponto-chave da teoria de Lenin está na constituição do trabalho assalariado no contexto russo para a compreensão da exploração agrícola capitalista, em Chayanov há uma concepção totalmente diferente, que “defende a inexistência do trabalho assalariado como um dos fatores que assinalam a economia camponesa e sua dinâmica não capitalista” (CARNEIRO, 2009, p. 53). Chayanov (1985), diferentemente dos autores marxistas supramencionados, não concordou com o desaparecimento do camponês a partir

da intensificação do modo de produção capitalista e não entendia o progresso técnico da indústria como uma ameaça para o campesinato.

O autor aponta que “preconizaram a continuidade camponesa por meio do desvendamento dos mecanismos internos de sua recriação” (ALMEIDA, 2009, p. 1). Ele não concordou com as teorias da desagregação camponesa e com a proletarização a partir da industrialização; considerava a unidade econômica camponesa como um modo de produção e não uma classe social, classificando-a como não capitalista, a partir da ausência de trabalho assalariado e pela ausência de acumulação de capital.

A tese de Chayanov (1985) tem a centralidade na relação entre o trabalho e o consumo, asseverando a permanência dos camponeses. Ele considerava como unidade camponesa aquele que não contratava mão de obra de fora externa, e, quando a contratava, era por um curto período que exigisse uma força maior. Para Souza (2012), Chayanov conseguiu captar, da teoria marxiana, elementos que a leitura realizada por Kautsky e Lenin negligenciou. Pontes (2005, p. 35) afirma que, para Marx, “a economia camponesa, [...] é uma economia mercantil: o camponês vende para comprar. A circulação simples de mercadorias, ou seja, M (mercadorias) – D (dinheiro) – M (mercadorias), tem como fim a satisfação de necessidades”.

A centralidade do discurso de Chayanov (1985) está no equilíbrio interno entre a unidade econômica produtiva e a força de trabalho familiar, em que a família é o fundamento dessa unidade. O principal objetivo de sua produção é a garantia da própria existência e reprodução enquanto unidade camponesa, que é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo.

Portanto, mesmo considerando que as principais características da agricultura familiar ou camponesa contemporânea podem ser explicadas pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, não existe uma homogeneidade nas formas de organização produtiva agrícola, mas sim uma variação e diversidade de situações no espaço agrário brasileiro que são desvendadas e que, por vezes, os modelos de análises não dão conta de explicar a multiplicidade do agrário brasileiro.

### **Debate atual do termo camponês**

De fato, é fundamental compreender o lugar do camponês no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro. Nos últimos 60 anos, são muitos os debates sobre a condição camponesa no Brasil e seu papel em um espaço agrário, onde cada vez mais é iminente a modernização agrícola. A intensificação das relações capitalistas tem provocado várias interpretações acerca do destino e papel dos camponeses. Para Oliveira (2007, p. 8), “o estudo da agricultura brasileira sob o modo

capitalista de produção tem-se caracterizado pelo debate político entre as muitas correntes de pensamento que dedicam atenção especial ao campo”.

Porém a história do campesinato brasileiro sempre foi dura e árdua. Várias foram às formas de lutas e resistências que contribuíram para a presença camponesa e para a discussão do próprio conceito de camponês no Brasil. Dentre estas, estão às lutas dos quilombos, as lutas indígenas, Canudos, Ligas Camponesas, dentre outras. As lutas pela terra remontam ao século XVI e vem até o nosso momento atual. Durante os séculos XVI e XVII, ocorreram diversas lutas indígenas contra a servidão e escravidão, dos índios contra os seus colonizadores.

De norte a sul, Potiguares, Tamoios e Guaranis lutaram contra a invasão de seus territórios e contra a escravidão. Nesse tempo, a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão dos povos trazidos da África (FERNANDES, 2001, p. 01).

A grande propriedade se instalou desde a colonização (WANDERLEY, 2014) e as *plantation*, durante boa parte da história brasileira, foram um obstáculo ao desenvolvimento de camponeses (VELHO, 2009).

O processo de escravidão dos negros trouxe milhares de pessoas do continente africano para o Brasil para servir de mão de obra barata nas lavouras canavieira, mineração e nas lavouras de café (ANDRADE, 1997), fazendo surgir inúmeros quilombos que de acordo com Moura (1983), se constituíam em uma força de resistência a uma sociedade escravista e opressora. Assim, os quilombos surgiram da luta do negro contra o senhor de escravos.

Para Siqueira (1995), os quilombos foram uma das maiores expressões de lutas organizadas no Brasil em resistência ao sistema colonial – escravista, agindo sobre questões estruturais, em distintos momentos históricos – culturais do país, sob a liderança de africanos escravizados e/ou seus descendentes no Brasil. Fernandes (2001), fazendo uma análise sobre a da luta pela terra e da resistência camponesa, afirma que essa resistência do campesinato brasileiro nunca cessou: das lutas messiânicas ao cangaço, das Ligas Camponesas ao MST. Para aquele autor, nesses cinco séculos de história do Brasil:

a resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais deferentes formas, construindo organizações históricas (FERNANDES, 2001, p. 01).

As disputas pela representação camponesa no Brasil também foi representada por Canudos, em 1893, na Bahia, que representou a luta dos camponeses que lutavam pelo

direito à terra como meio de assegurar um direito que por muitas vezes lhe foram negados: a reprodução do seu modo de vida.

Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Os camponeses sem-terra acamparam na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente (FERNANDES, 2001, p. 3).

A luta pela terra ganhou força com o advento das organizações políticas, como as Ligas Camponesas que “foram uma forma de organização política de camponeses que resistiram a expropriação e a expulsão da terra” (FERNANDES, 2001, p. 04).

No processo de resistência camponesa é preciso destacar também a participação e contribuição do Movimento dos Sem Terra – MST, um dos principais movimentos que atuam na luta pela terra e pela reforma agrária é o MST, criado em 1984 – período da redemocratização do país –, que tem como uma das estratégias de acesso à terra a ocupação das grandes propriedades que não cumprem a função social da terra. Assim como outros movimentos sociais do campo, a saber: Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e Terra Livre, e tantos outros, que vão se juntar à CPT – movimento de base da ICAR. Para Marques (2008), os movimentos supramencionados contribuem para o processo em curso de reafirmação do campesinato enquanto classe, reconhecido por movimentos sociais que passaram a adotar a identidade camponesa.

Tudo isso mostra que o debate do conceito de camponês no Brasil não é recente. Foi nos anos 1950 que o termo camponês ganhou destaque no Brasil, na Academia, quando de sua afirmação como identidade em nível nacional, intensificada a partir dos debates colocados pelas Ligas Camponesas, que evidenciava a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social como frutos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2008). Para Wanderley,

A compreensão do que seja um campesinato no Brasil continua a ser objeto de um amplo debate e de acirradas disputas políticas, que envolve, entre outros, pesquisadores acadêmicos, formuladores de política e os distintos movimentos sociais (2014, p. 30).

Porém o conceito de camponês é anterior à sua formação no Brasil, pois tem relação junto à realidade vivida na Idade Média. Já a formação do campesinato brasileiro deu-se na periferia do latifúndio e no interior de uma sociedade escravista. Porém, há significativas diferenças entre a formação dos camponeses no Brasil e na Europa.

Para entender as mais diversas transformações que vêm ocorrendo no campo, têm-se muitas interpretações que explicam tais mudanças. Oliveira entende que essas, em geral,

[...] concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção (2007, p. 8).

As discordâncias amparam na interpretação do processo, pois, para alguns, ele provoca a homogeneização, formando um operariado único em um lado e, em outro, a classe burguesa; e, para outros, sendo esse um processo contraditório, heterogêneo, produzirá incoerências no processo de expansão do assalariamento no campo, como o trabalho familiar camponês, por exemplo (OLIVEIRA, 2007).

Assim, têm-se um conjunto de autores que entende o processo com base nos seguintes aspectos:

- a) a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios;
- b) a permanência das relações feudais; e
- c) a criação e recriação do campesinato e do latifúndio (OLIVEIRA, 2007).

A primeira interpretação a partir das teorias clássicas dá-se com as concordâncias e discordâncias na interpretação do processo de generalização das relações de produção especificamente capitalista dentro da produção agropecuária, conforme os caminhos que se seguem:

- a) a destruição do campesinato se daria pela diferenciação interna causada pelas contradições de sua inserção no mercado. O camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, ficaria mais sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros e dos baixos preços dos produtos agrícolas. Tal integração com o mercado levaria a duas classes sociais distintas, a saber: 1) os camponeses ricos, que se tornariam capitalistas rurais; e 2) os camponeses pobres, que venderiam a sua força de trabalho, tornando-se proletários (OLIVEIRA, 2007);
- b) para a vertente que trata da modernização dos latifúndios, ocorreria a evolução/transformação dos latifúndios em empresas capitalistas pela introdução de máquinas e insumos modernos, aproximando os interesses dos camponeses ricos aos interesses dos latifundiários. Nesse processo, os camponeses pobres seriam transformados em proletários, de modo que as relações não capitalistas são entendidas como resíduos em vias de extinção, assim como os camponeses e os latifúndios (OLIVEIRA, 2007).

Para aqueles que tratam da permanência das relações feudais, eles consideram que os camponeses são resquícios do feudalismo, e, para o campo se desenvolver, é preciso acabar com as relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo, considerando o processo de separação existente na produção camponesa em função das relações capitalistas no campo e a inserção do camponês na agricultura de mercado. O camponês se endividaria em função dos baixos preços que receberia pelos seus produtos, e dos altos preços que pagaria pelos produtos industrializados, em que teria o dinheiro a juros, se endividaria, venderia a propriedade e se tornaria trabalhador assalariado. Logo, sem os meios de produção, ele se proletarizaria, ocorrendo a ação de assalariamento no campo (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Paulino (2006), para aqueles que acreditam no fim dos camponeses, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura ou mesmo a sofisticação da base técnica seria suficiente para extinguir os camponeses enquanto classe, vendo-os como agentes a serem submetidos à hegemonia política do proletariado, como uma classe sem condição de construir um projeto político para a superação das condições de exploração e opressão imposta pelo modo de produção capitalista.

No Brasil, o debate atual sobre a questão agrária apresenta divergências, passando pelas correntes que partem de uma análise que considera a questão agrária fora das leis gerais da acumulação capitalista, seguindo as análises de Chayanov e as correntes que adotam a linha de Lenin e Kautsky com base na dependência da análise das leis capitalistas (EIDAM, 2014).

Alguns autores que bebem da tradição marxista, como, por exemplo, José Graziano da Silva, apoiados na teoria de Lênin, consideram que os camponeses estão fadados à extinção, dando lugar a trabalhadores assalariados, portanto, proletários. Outros autores, como José de Souza Martins, por exemplo, afirmam que no interior da agricultura capitalista têm-se a permanência da agricultura camponesa (MARQUES, 2008). Assim, apesar do respeito à posição dos autores que optam pela primeira concepção, é preciso observar com atenção a última posição em consonância e partilhando do entendimento de outros estudos realizados por Teodor Shanin (2008), José de Souza Martins (1990), Bernardo Mançano Fernandes (2004), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005), Marta Inez Marques (2002), Eliane Tomiasi Paulino (2006) e José Vicente Tavares dos Santos (1981).

### **Paradigmas: o capitalismo no campo e a questão agrária**

Até final dos anos 1980, o debate acerca da permanência ou do fim do campesinato dominou o debate das vertentes teóricas do paradigma da questão agrária, que tem como

principais elementos de análise a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2008).

A tese de doutoramento de Ricardo Abramovay (1980), intitulada *De Camponeses a Agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão*, publicada com o título *paradigmas do capitalismo agrário em questão*, influenciou a década de 1990, tornando-se referência para a discussão da questão agrária, bem como a pesquisa com agricultores familiares no Brasil, inclusive, influenciando diretamente a utilização do termo agricultor familiar em detrimento do termo camponês. Sob um novo paradigma – o do capitalismo agrário –, esse autor defendeu que o agricultor, na utilização de recursos e, a partir de sua integração com o mercado, não era mais um camponês, mas sim, um agricultor familiar.

A leitura do problema parte da questão de que, nos países capitalistas ricos, o desenvolvimento da agricultura atingiu estágios determinados e a agricultura familiar apresentou participação significativa e se solidificou.

Abramovay se diferencia do outro paradigma clássico, que considera a predominância do trabalho assalariado, trazendo um debate sobre a diferença entre o campesinato e o agricultor familiar. O paradigma do capitalismo agrário “trouxe uma diferenciação teórica e política que tem se manifestado em políticas públicas e organizações sociais dos trabalhadores, gerando conflitualidades” (FERNANDES, 2008, p. 11). E, ainda, trouxe também importantes contribuições para entender a questão agrária, sobretudo, quando da ênfase à participação familiar na agricultura, rompendo a visão de que o fim do campesinato seria a partir do assalariamento.

De acordo com Fernandes (2008), para o paradigma do capitalismo agrário, a permanência ou fim do campesinato não seria o assalariamento, mas a questão seria o fim do campesinato e a permanência do agricultor familiar. Nesse sentido, a permanência ou fim do campesinato é uma questão conjuntural, pois essa “depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capitalismo” (p. 14).

Pelo paradigma do capitalismo agrário, é defendida a integração da unidade familiar com o mercado, quando entende que a “agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 2007, p. 33). Aqui se entende que, mesmo as previsões acerca do fim do campesinato não tendo se concretizado, não é viável sua manutenção em tempos contemporâneos.

Para Fernandes (2008, p. 53), “os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário disputam com suas interpretações da geografia agrária nacional, os espaços políticos, lócus de decisões para o desenvolvimento da agricultura”, desenvolvendo a conflitualidade tanto na teoria como na realidade. O autor entende que:

Os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário possuem métodos diferentes e projetam visões de mundo distintas. Os métodos possibilitam que os estudiosos manipulem os elementos das realidades estudadas de acordo com suas lógicas. Estas são construídas pelas liberdades que os intelectuais possuem em escolherem seus referenciais teórico se assim construírem seus próprios pensamentos ou até de se subordinar aos pensamentos de outros cientistas (FERNANDES, 2008, p. 13).

Adeptos à tese do fim do camponês no Brasil, Graziano da Silva (1996) e Abramovay (2007) concordam entre si de que, a partir das relações ocorridas com as transformações do campo brasileiro, o camponês foi destituído, restando apenas sua adaptação à agricultura familiar. Para Fernandes (2008), em suas análises, Abramovay faz uso de distintos modelos analíticos para explicar a formação da agricultura familiar e sua diferenciação da agricultura camponesa, defendendo a importância da agricultura familiar e de sua atuação no desenvolvimento dos países ricos, assegurando ser um erro a busca pelos benefícios que somente uma classe possa obter no desenvolvimento da agricultura em países capitalistas avançados.

Abramovay, a partir de uma análise do desenvolvimento do capitalismo, nos países ricos, afirma que o campesinato não conseguiria sobreviver no capitalismo com a consolidação das estruturas nacionais de mercado, por ser incompatível com tais ambientes econômicos que fazem uso de relações mercantis. Logo, as estruturas nacionais de mercado destruiriam os laços sociais, destruindo o próprio caráter camponês da organização social (FERNANDES, 2008).

Fernandes (2008) afirma que, para Abramovay, o problema está no campesinato e tampouco no capitalismo, invertendo o sentido dado pelo paradigma da questão agrária. Desse modo, para Abramovay, o problema não está no capital que expropria, mas no camponês que não se adequa ao capitalismo, ao ter uma integração parcial aos mercados incompletos.

Segundo Fernandes (2008), a forma linear com que esse paradigma tem de ver o processo de desenvolvimento do capitalismo impossibilita a compreensão de sua contradição. Nele, o camponês deve vivenciar uma metamorfose do campesinato ao capitalismo, e sua única condição de permanecer como ele verdadeiramente é. Do contrário, ocorrerá sua morte. Nisso existe apenas uma diferença entre a visão de Kautsky e a de Abramovay: a maneira que o campesinato pode acabar. De fato, têm-se uma distância enorme entre o camponês e o agricultor familiar nas análises de Abramovay.

Na prática, a questão do fim dos camponeses nem sempre tem seu término, uma vez que esses, ao invés de se proletarizarem, passam a lutar pela continuação da condição de camponeses, estando em constante luta ou pela terra ou para continuar na terra, sendo

que o capital cria condições para os camponeses se reproduzirem enquanto camponeses. Tal fato encontra-se no bojo do processo combinado e contraditório do desenvolvimento capitalista, estando nessas contradições a recriação do campesinato (PAULINO, 2006).

Nesse sentido, “o capital os incorpora diferenciando, expropriando e recriando – os, vamos encontrar camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos, [...] resistindo, construindo estratégias de reprodução” (FERNANDES, 2008, p. 17). Em suma, de acordo com Fabrini (2004), os camponeses constroem o seu lugar social por meio de suas lutas e resistências no interior do desenvolvimento desigual das relações capitalistas, desafiando as teses que defendem seu desaparecimento.

Para Wanderley (2014), têm-se atualmente e, principalmente, no interior dos movimentos sociais a revalorização das categorias camponês e campesinato, a partir da crescente valorização das práticas agroecológicas. A autora ainda argumenta que:

[...] grupos cada vez mais numerosos de camponeses se organizam, em todas as regiões, com o objetivo de afirmar a autonomia dos agricultores familiares, considerando-os portadores de uma experiência camponesa, que os torna capazes de assumir, sob outros moldes, o progresso da agricultura e do meio rural brasileiros (WANDERLEY, 2014, p. 31).

Wanderley destaca que, apesar desta heterogeneidade, é importante entender que existem no mundo rural brasileiro

[...] produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (2014, p. 31).

Esse autor ainda entende que o campesinato é uma forma social de produção, de viver e trabalhar no campo, tendo como um dos seus pilares o caráter familiar nas finalidades da atividade produtiva que, em geral, tem seu norte para as necessidades da família e a organização do trabalho, que pressupõe a participação dos membros familiares, correspondente a um modo de vida e a uma cultura.

Em seus estudos, Martins (1990) destaca a questão da forma contraditória de reprodução do capital, a subordinação do trabalhador, a sujeição da renda ao capital e as formas não capitalistas de produção. Segundo o autor, para a reprodução e ampliação do capital, a produção não precisa necessariamente ocorrer sob o modo de produção capitalista, pois não é sempre que as forças produtivas desenvolvem-se nos estabelecimentos agrícolas; nem sempre os trabalhadores transformam-se em assalariados.

Discutindo a questão agrária brasileira, ele buscou entender os camponeses e seus processos de resistências, mesmo subjugados e sujeitados.

A produção camponesa pode ser expressa pelas relações não capitalistas de produção. Seu fortalecimento dá-se como resultado das contradições do modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo em que cria relações extremamente capitalistas, cria também relações não capitalistas de produção, como, por exemplo, as relações camponesas de produção.

Santos (1981) também define a produção camponesa pela presença da força de trabalho familiar, que tem por característica ser um trabalho coletivo, a apropriação da terra pelo regime familiar ou de posse, a apropriação dos instrumentos de trabalho – aspectos que possibilitam a produção direta dos meios de vida, ajustados com a produção simples de mercadoria. Em concordância, Oliveira (2007, p. 40) afirma que a produção camponesa dá-se pela circulação simples de mercadorias. Nesse processo, o camponês vende para comprar. A circulação simples de mercadorias, ou seja, M (mercadorias) – D (dinheiro) – M (mercadorias), tem como fim a satisfação de necessidades.

Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: D – M – D na sua versão simples, e D – M – D' na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M – D – M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Santos (1981) observa que as diversas formas da reprodução subordinada do campesinato expressam o vínculo de apropriação do trabalho excedente camponês, o que implica também em uma subordinação política. Essa, por sua vez, ficou evidente ao longo dos anos. Ser camponês não representa a independência das relações capitalistas de produção e tampouco dos fatores que as caracterizam, uma vez que estão subordinados aos diversos tipos de capital e suas relações pela sujeição da renda, do trabalho, da produção etc.

Martins (2002, apud PAULINO, 2008) destaca uma essencial diferença entre os proletários e camponeses: o trabalho do operário somente se dá por interesse do capitalista, que estabelece uma relação de dependência, de modo que o fruto desse trabalho lhe pertença desde a origem, culminando em um trabalho que lhe é subordinado. Quanto ao trabalho camponês, esse se dá de modo inverso, pois é um trabalho independente. O que o camponês vende não é o trabalho, mas é o fruto do seu trabalho, que nasce como propriedade sua, e não como propriedade do capitalista.

Antes de tudo, o campesinato corresponde a um modo de vida a partir de um conjunto de elementos próprio dos camponeses (SHANIN, 2008). Os camponeses mostram certo equilíbrio entre o consumo e os indivíduos que trabalham e mantêm a luta pela continuação na terra, mesmo essa sendo pequena, e nela produzem a maior parte dos alimentos que os brasileiros consomem. Sobre a questão, Welch e Fernandes (2008, p. 166) apontam que a unidade camponesa é condição fundamental para a produção de sua existência e da produção de alimentos. Para eles,

Compreender o campesinato como um sistema subalterno não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura e identidade, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital. Condições essenciais para continuar sendo camponês (WELCH E FERNANDES, 2008, p. 166).

Fabrini (2007, p. 4) considera que “os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, que transfere renda da terra para os setores capitalistas e não necessariamente mais-valia”, como fazem os operários das fábricas. Nas relações de troca em escala mercadológica (local, nacional, internacional), o produto do camponês é transformado em mercadoria. O autor entende que

Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção (FABRINI, 2007, p. 24).

O campesinato brasileiro refere-se às mais diversas formas sociais, que, além de serem pautadas na relação de trabalho familiar, têm por base diferentes modos de acesso à terra por meio do posseiro, do parceiro, do foreiro, do arrendatário, do pequeno proprietário etc. – formas que têm em comum “a centralidade do papel familiar na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra” (MARQUES, 2008, p. 60). Assim, o campesinato brasileiro é caracterizado a partir de inúmeros *status* jurídicos, refletindo a heterogeneidade do espaço agrário brasileiro e dos diversos momentos de intensificação da luta pela terra no Brasil.

Para Marques (2008, p. 60), no Brasil, os camponeses receberam várias denominações locais próprias<sup>1</sup>, tais como: “caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul – dependendo de sua origem, se imigrante ou não”. Nesse sentido, Martins (1990) destaca que, no Brasil, o tipo social que

---

<sup>1</sup> Para Schneider (2013), pelo território brasileiro ainda é possível encontrar diversas definições para o que seria um camponês ou pequeno agricultor, como, por exemplo, colono, sitiante, morador, ribeirinho, geraiseiro ou até mesmo lavrador rural.

mais se aproxima do camponês tradicional europeu é encontrado em diversas regiões do País por várias designações depreciativas, tais como: caipira, caiçara, tabaréu, caboclo etc. – denominações próprias específicas de cada região. Assim,

[...] tornou-se o *caipira*, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista este mesmo trabalhador é denominado de *caiçara*. No nordeste do país, chamam-no de *Tabaréu*. Noutras partes é conhecido como *caboclo*, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares [...] (MARTINS 1990, p. 21).

De forma antagônica, os grandes proprietários de terra também recebiam diversas designações de acordo com a região em que se localizavam, sendo “estancieiros no Sul; fazendeiros em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná; senhores de engenho no Nordeste; seringalistas no Norte. [...] passaram a ser designados como latifundiários” (MARTINS 1990, p. 21-22).

Martins (1990, p. 22) assevera a importância política presente nos conceitos camponeses e latifundiários, que refletem as lutas pela terra e os confrontos entre tais categorias e as classes sociais de longa data. Para esse autor,

[...] camponês e latifundiário — são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas o espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

Para Oliveira (2007), será neste processo de reprodução simples e ampliada do camponês que se dará o processo de diferenciação interna do campesinato, que, por sua vez, explicará as diversas situações vividas pelos camponeses a partir da articulação de nove elementos estruturais da produção camponesa enumerados por Santos (1978), a saber:

- a) a força de trabalho familiar, que rege todo o processo de trabalho camponês;
- b) a ajuda mútua entre os camponeses, utilizada para suprir, em alguns períodos, a força de trabalho familiar, sobretudo pela falta de rendimentos monetários para a remuneração de trabalhadores assalariados;

- c) a parceria, que também, na decorrência de recursos financeiros, permite a contratação de um parceiro, dividindo com ele custos e ganhos. Uma ação estratégica para os pequenos camponeses;
- d) o trabalho acessório, em que o camponês transforma-se, parcialmente, em trabalhador assalariado temporário, recebendo por período de trabalho e se caracterizando como uma fonte de renda monetária importante para a unidade camponesa;
- e) a jornada de trabalho assalariada, que surge como complemento da força de trabalho familiar na unidade de produção camponesa em momentos nos quais o ciclo agrícola exige rapidez e muitos braços, e em que o camponês pode, de forma permanente, combinar a força de trabalho familiar e a assalariada;
- f) a socialização do camponês, por onde as crianças se iniciam como papéis da divisão social do trabalho nas unidades produtivas camponesas;
- g) a propriedade da terra, que, de modo diferente da propriedade privada capitalista, visa à exploração do trabalho do outro na propriedade familiar, configurando-se em terra de trabalho, não sendo instrumento de exploração; pode ser camponês proprietário, camponês-rendeiro<sup>2</sup> ou camponês-posseiro<sup>3</sup>;
- h) a propriedade dos meios de produção (exceto a terra), que são adquiridos como mercadorias e/ou produzidos pelos próprios camponeses; e
- i) a jornada de trabalho, que geralmente não segue uma rigidez de horário diário, como na produção capitalista, e varia de acordo com a época do ano e segundo os produtos cultivados.

Altafin (2007, p. 2) afirma que, na produção camponesa, “a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva” e produz “tanto para sua subsistência como para o mercado”. A terra, o trabalho e a família formam uma tríade que compõe a racionalidade camponesa. Na terra, dá-se a relação entre a vida e o trabalho, a partir da composição e integração familiar.

Welch e Fernandes (2008, p. 166) definem o “campesinato como os produtores que utilizam predominantemente o trabalho familiar e não exclusivamente”. Para aqueles autores, a predominância do trabalho familiar é uma característica própria do campesinato e não do capital.

Para Brandão (1999, p. 43-44), as unidades camponesas são, portanto, unidades familiares onde todos os integrantes exercem algum tipo de trabalho, desde que em idade e com condições de fazê-lo:

---

<sup>2</sup> Paga a renda para poder ter acesso à terra (OLIVEIRA, 2007).

<sup>3</sup> Recusa-se a pagar a renda e apossar-se da terra (OLIVEIRA, 2007).

[...] os períodos em que os filhos e filhas podem começar a ser convocados ao trabalho doméstico e dividem com os pais os encargos da reprodução da vida do grupo. [...] entre adolescentes e jovens solteiros, os filhos não apenas ajudam os pais, mas realizam com eles a plenitude do próprio trabalho; filhas beneficiam alimentos, cozinham, lavam roupas, cuidam de irmãos menores, limpam a casa e cuidam das alquimias do quintal; filhos ordenham vacas, tratam do gado, lavram a terra, semeiam, fazem à limpa, colhem e participam também dos muitos e não raros difíceis serviços de reparos de material de trabalho ou da própria residência.

Welch e Fernandes (2008, p. 166) afirmam que, enquanto o capital supera os limites de tempo e espaço para realizar a sua reprodução ampliada – o que possibilita o crescimento e a concentração para continuar crescendo –, o campesinato não promove diferentes tipos de concentração, seja fundiária, da terra, do capital ou poder. Sobre a questão, Marques (2008) destaca que a ordem social da modernidade é produzida pelo mercado capitalista, fundamentada na competição onde as categorias terras, trabalho e família são definidas de modo independente umas das outras, como se fossem explicáveis por si mesmas, de forma mecânica e automística da realidade.

Os camponeses mantêm a autonomia sobre os meios de produção e se inserem no circuito mercantil como produtores e consumidores de mercadorias, e esses, por sua vez, têm uma grande capacidade de produzir os próprios meios indispensáveis para a sua sobrevivência (PAULINO, 2006). Porém, esses não têm autonomia total, pois são dependentes de fatores externos e afetados pelas condições circunvizinhas. Assim, a autonomia camponesa manifesta-se no controle de seu tempo e espaço, diferentemente da lógica existente no capitalismo.

Almeida desvenda essa autonomia camponesa ao afirmar que essa é:

[...] uma espécie de reivindicação-aspiração que se constrói no plano específico da produção. Esse fenômeno representa de uma certa forma um espaço de autonomia no interior da sociedade industrial em geral e da agricultura industrial e moderna em particular; um espaço limitado e aparentemente em não expansão, mas talvez um pouco mais confortável que outros, mesmo que não constitua uma via maior de evolução para a economia e a sociedade (2001, p. 3).

Existe um conjunto de atividades coletivas entre os camponeses que são realizadas não apenas na esfera da produção coletiva e divisão do trabalho, mas em um coletivo diferente da visão tradicional, que passa pelas relações de vizinhança, que permite uma sociabilidade forjada em um pequeno círculo de famílias que vivem próximas; pela importância que a Igreja assume indicando uma relação local, lugar da socialização; pelas festas e ajuda mútua que também surgem como exemplos da territorialização camponesa; e por sua capacidade de desenvolvimento e realização de ações comunitárias e coletivas,

que são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas (FABRINI, 2007).

A reprodução camponesa ocorre de modo simples, repondo, por meio da produção direta ou compra a cada ciclo produtivo, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição da atividade produtiva. O camponês que alcança uma posição privilegiada com o mercado, a partir do acúmulo monetário, pode garantir a possibilidade de os filhos se reproduzirem enquanto camponeses, garantindo, assim, o processo de reprodução ampliada do campesinato (OLIVEIRA, 2007).

Wanderley (2014) demonstra que a referência de campesinato no Brasil assume duas conotações, quais sejam:

- a) o entendimento de que o campesinato corresponde às formas mais tradicionais de agricultura, em pequena escala, de poucos recursos, de pouca integração com o mercado e a cidade; e
- b) atraso social e econômico.

Desse modo, tem-se a diferença da agricultura familiar, que estaria mais integrada tanto à cidade como ao mercado. Aquela autora ainda acrescenta que, por outro lado, há o entendimento de que o termo camponês é imbricado de forte conteúdo político, repetidamente associado ao movimento camponês e severamente perseguido pelo regime militar, com o uso de outras denominações, tais como: pequenos produtores, agricultores de subsistência e produtores de baixa renda – resultado da procura de expressões mais neutras.

De acordo com Paulino (2006), nem todas as unidades produtivas familiares são unidades camponesas, uma vez que, para assim classificá-la, é preciso entender as diversas relações envolvidas na reprodução familiar do ponto de vista social, cultural, político e econômico.

Entretanto, para Wanderley (2013), a análise da decomposição do campesinato é esvaziada quando se entende o agricultor familiar como um ator social no mundo moderno. É preciso considerar que este tipo de agricultor possui uma determinada capacidade de resistência e adaptação aos novos contextos socioeconômicos. Não se têm aí duas categorias distintas, mas sujeitos diferenciados de uma mesma classe.

Para melhor entender a atualidade do conceito de camponês e agricultura familiar no Brasil, também é preciso entender a atualidade da questão agrária e a luta pela terra e pela reforma agrária – aspectos que ajudam a elucidar a realidade agrária brasileira e a estrutura da sociedade em que estão inseridos. A questão fundiária mostra-se evidente em

vários momentos da própria formação do território brasileiro, além de contribuir com o desvendar da formação da pequena produção no Brasil.

### **Considerações Finais**

O conceito de camponês e sua continuidade enquanto classe social no Brasil provoca ainda muitas divergências. Isso faz com que são estabelecidas várias correntes que buscam entender a criação, presença e reprodução desta classe social no campo. A intensificação das relações capitalistas tem levado a diversas interpretações acerca do destino e papel dos camponeses. Estas interpretações, por vezes, apresentam divergências, passando ora pelas correntes que partem de uma análise que considera a questão agrária fora das leis gerais da acumulação capitalista, ora passando pelas correntes que consideram a dependência da análise das leis capitalistas.

Alguns autores compreende este processo com base nos seguintes aspectos: a) a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios; b) a permanência das relações feudais; e, c) a criação e recriação do campesinato e do latifúndio (OLIVEIRA, 2007).

Esta mesma compreensão pode ser definida a partir de três paradigmas nos estudos do campesinato, a saber: 1) o paradigma do fim do campesinato, que acredita no fim dos camponeses a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo; 2) o paradigma do fim do fim do campesinato, que entende que os agricultores se mantêm e se reproduzem pelas estratégias de resistência às relações capitalistas no campo; e, 3) o paradigma da metamorfose do campesinato, que compreende que os camponeses se transformam em agricultores familiares – uma nova forma de organização adaptada aos tempos modernos (FERNANDES, 2004)

Porém a presença dos camponeses nos dias atuais tem mostrado que esta categoria explicita as contradições do processo histórico de formação do território brasileiro. Assim, é essencial compreender o lugar do camponês no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro.

Os camponeses, mesmo presente no mundo contemporâneo, tem suas atividades baseadas em outra lógica de reprodução, que não a capitalista de acumulação ampliada de capital. Sua organização social é caracterizada por uma organização específica de relações de trabalho e apropriação da terra, que os diferenciam dos outros trabalhadores rurais e urbanos, utilizando princípios do trabalho e organização familiar, reciprocidade, forma de organização da propriedade e social, buscando uma condição de vida e de reprodução de sua família, enquanto camponeses.

Esta produção camponesa pode ser ilustrada pelas relações não capitalistas de produção. Seu fortalecimento dá-se como resultado das contradições do modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo em que cria relações extremamente capitalistas, cria também relações não capitalistas de produção, como, por exemplo, as relações camponesas de produção.

Assim, os camponeses estão articulados a partir da força de trabalho familiar; da ajuda mútua entre os camponeses; da parceria; do trabalho acessório; da jornada de trabalho assalariada, como complemento da força de trabalho familiar na unidade de produção camponesa; da socialização do camponês; da propriedade da terra, como terra de trabalho; da propriedade dos meios de produção (exceto a terra); e, da a jornada de trabalho, que geralmente varia de acordo com a época do ano e segundo os produtos cultivados.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007, 294 p.

ALMEIDA, Jalcione. Agriculturas alternativas e a busca de autonomia: da crítica contracultural ao movimento social (o caso do sul do Brasil). **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá - Colômbia, v. 1, n.45, p. 35-68, 2001.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil**. Montevideu: Egal, 2009. (Mimeografado).

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ANDRADE, Tania. (Org.). **Quilombos em São Paulo: Tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Território**. Uberlândia. v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: SILVA, José Graziano da (org.), STOLKE, Verena (org.). **A Questão Agrária**. Brasiliense, 1981. São Paulo. P. 133-163.

CORRÊA, Lucelinda S.chramm. As Transformações no Sistema Colonial e Suas Repercussões: a colonização alemã na Bahia do Século XIX. In: Coloquio Internacional de Geocrítica, 12., 2012, **Anais...** Bogotá, 2012.

EIDAM, Vanessa. O debate clássico da questão agrária: Karl Kautsky, Lenin e Bulgákov. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA, 1, Uberlândia, 2014. **Anais...** Uberlândia, 2014.

ERTHAL, Rui. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. **Geographia**. Ano 2, n. 4, 2000. p. 49-75.

\_\_\_\_\_. **A dispersão dos imigrantes suíços e alemães da área colonial de Nova Friburgo: uma abordagem geográfica**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 356 p.

FABRINI, João Edmilson. A Contradição Como Parâmetro de Compreensão da Existência Camponesa. **Revista Geografia**, vol. 13, n. 2, 2004.

\_\_\_\_\_. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Ano 10, nº. 11. Presidente Prudente, p. 08-32, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo)**. 1994. Dissertação [Mestrado em Geografia] - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Cultura Vozes*. , v.93, 2001

\_\_\_\_\_. Delimitação conceitual de camponato. 2004. **Mimeo**. s.l.: 2004.

\_\_\_\_\_. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antonio Márcio Buainain (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora Unicamp, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: UNICAMP, 1996.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN, Wladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do conceito de camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XIII, 2002. João Pessoa. **Anais...João Pessoa**: 2002.

\_\_\_\_\_. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA (UNESP)**, v. 11, p. 57-67, 2008.

MARTINS, José de Souza; **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOURA, Clovis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Salvador: Afro-Ásia, 1983.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. O MST como Movimento Sócioterritorial Moderno. **Revista USP**. São Paulo, 2005. nº 64.

\_\_\_\_\_. **Etanol, o novo mito do agronegócio**. Texto elaborado para o Jornal Sem Terra (08/04/2007).

\_\_\_\_\_. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007. 184 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi, **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 353 p.

\_\_\_\_\_. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PADILHA, Tânia Mara de Almeida. A Questão Camponesa: Lenin e os Meandros da Questão Camponesa entre os Anos de 1893 e 1923. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008. **Anais...** Marília: Unesp, 2008.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**, 7, 2005, pp. 35-47.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2 (2): 109 - 117, 1981.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Plamares**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. *Geo. Élisée*. UEG, Goiânia, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013, nº 21, [p. 42-62];

\_\_\_\_\_. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014 .

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

---

## Sobre o autor

---

**Jesiel Souza Silva** – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB); Docente do Instituto Federal Goiano (UFG), campus de Rio Verde. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-6682-3750>

---

## Como citar este artigo

---

SILVA, Jesiel Souza. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

---

Recebido para publicação em 03 de outubro de 2018.  
Devolvido para revisão em 15 de março de 2019.  
Aceito para a publicação em 02 de abril de 2019.

---